



GOVERNO DE SERGIPE

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS - SEMARH

ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - ADEMA

LICENÇA DE INSTALAÇÃO

No: 823/2013

EMPRESA/EMPREENDEDOR: SANTISTA WORK SOLUTION S/A

C.N.P.J / CPF: 61520607001320

ATIVIDADE LICENCIADA: SUBSTITUIÇÃO DE 80 METROS DE TRECHO DO EMISSÁRIO.

ENDEREÇO DO EMPREENDIMENTO/EMPREENDEDOR: RODOVIA BR 101, S/N, km 90, ZONA RURAL, NOSSA SENHORA DO SOCORRO, SE

ESTA LICENÇA AUTORIZA A REALIZAR A IMPLANTAÇÃO, OBSERVANDO AS SEGUINTE CONDICOES:

1. Esta Licença refere-se à execução de obras de substituição do trecho do emissário de efluentes tratados da empresa em extensão de 80 metros de 300 mm, por aéreo, em P.B.F.F – Ponta Bolsa Ferro Fundido, localizado na BR 101 Sul, entre os km 94 e 95, em frente a estação da Deso, em cumprimento a ações do EAR – Estudo de Análise de Risco determinado pelo Ministério Público Estadual, no município de Nossa Senhora do Socorro.
2. Esta Licença deverá ser encaminhada para publicação em conformidade com a Resolução Conama nº 06/86, no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data de sua expedição, devendo em seguida ser encaminhada cópia das publicações a Adema.
3. A empresa deverá requerer a renovação da Licença de Instalação, com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração do prazo de validade desta licença.
4. A empresa deverá realizar as obras de substituição do trecho do emissário de acordo com o Memorial Descritivo e o projeto apresentado, conforme as plantas:
 - Planta de Localização: Elevação da linha do Emissário na Área de Mangue – DT-001-2013, DT-001.2-2013, DT-001.3-2013, DT-001.4-2013 – folhas 00/00 – Rev. 00 – 12/06/2013.
5. A vegetação de mangue deverá ser preservadas estando apenas autorizada a sua poda e todas as ações realizadas manualmente, exceto a utilização de inçamento dos tubos para montagem.
6. A empresa quando do término das obras deverá comunicar a Adema, para vistoria no local com o objetivo de compatibilizar o projeto aprovado.

7. A empresa quando da execução dos trabalhos de substituição do trecho de 80 metros do emissário deverá obedecer às determinações executivas dos órgãos públicos municipais e do DNIT – Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes.
8. A empresa deverá dar tratamento e acondicionamento dos resíduos originados pela atividade, como também dos domésticos, que deverão ter destinação de acordo com a especificação do material.
9. As empresas transportadoras de resíduos sólidos e/ou líquidos deverão ser devidamente licenciadas pelo órgão ambiental competente.
10. A empresa deverá instalar sanitários químicos no local de trabalho de acordo com as necessidades que se apresentarem perante o seu quadro efetivo, provenientes de empresas devidamente licenciadas pela Adema.
11. Todo o efetivo terceirizado envolvido na execução das obras deverá ter ciência do Plano de Emergência Local e ações ambientais da empresa.
12. O(s) canteiro(s) de obras de terceirizado(s) fora da empresa deverão estar licenciados ambientalmente na Adema.
13. Qualquer situação de emergência relativa aos procedimentos das obras de substituição do trecho do emissário, e outras condições estabelecidas nesta licença, deverá ser comunicada a Adema dentro de 24 horas seguintes ao fato, com descrição das causas e providências tomadas para sua correção, não isentando a empresa da aplicação das penalidades cabíveis.
14. A empresa responderá civil, penal e administrativamente por danos causados à vida, à saúde e ao meio ambiente em decorrência do uso inadequado desta licença.
15. As matérias-primas de origem mineral a serem utilizadas no empreendimento deverão ter procedência de jazida devidamente licenciada no órgão ambiental competente.
16. Durante a execução das obras, o empreendedor deverá manter cópias em suas dependências das licenças das jazidas fornecedoras de matérias-primas, bem como desta Licença.
17. Os resíduos sólidos da construção civil gerados pela execução da obra deverão ter destinação segundo a Resolução Conama nº 307/02.
18. Quaisquer alterações que porventura venham ocorrer no momento da execução das obras, relativas ao projeto aprovado, deverão ser previamente apresentadas à Adema para a devida análise.
19. O não cumprimento das condições estabelecidas nesta licença implicará na aplicação das penalidades previstas na Legislação Ambiental vigente.
20. Esta licença não exclui nem substitui outras Licenças exigidas pelas Legislações Federal, Estadual e Municipal com jurisdição na área.
21. A Adema, mediante decisão motivada, poderá modificar os condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar a presente Licença, quando ocorrer:
 - Violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais.
 - Omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a Licença.
 - Superveniência de graves riscos ambientais e de saúde.
 - Superveniência de normas técnicas e legais sobre o assunto.

A aceitação desta licença está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <<http://www.adema.se.gov.br>>

Licença emitida com base na Lei Estadual Nº 5.057, de 07 de Novembro de 2003, Artigo 4º, Inciso VIII.

Emitida às 12:46:42 do dia 23/12/2013 <hora e data de Brasília>.

Conforme Processo ADEMA 2013-003599/TEC/LI-0204 e Parecer Técnico PT-10512/2013-0490

Válida até 23/06/2014

Código de controle da licença: d2532379ab18523e9f72c1c9a08cfb4d

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Decreto Nº 6.514/2008 - Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências.

Art. 66. Construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar estabelecimentos, atividades, obras ou serviços utilizadores de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, em desacordo com a licença obtida ou contrariando as normas legais e regulamentos pertinentes: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

Multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

Parágrafo único. Incorre nas mesmas multas quem:

II - deixa de atender a condicionantes estabelecidas na licença ambiental.